

Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos
organizadores



Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos
organizadores

Brasília
FAC/UNB
2018

capa Rafiza Varão
diagramação Rafiza Varão
revisão Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cicilia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Covi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

COORDENADORA EDITORIAL

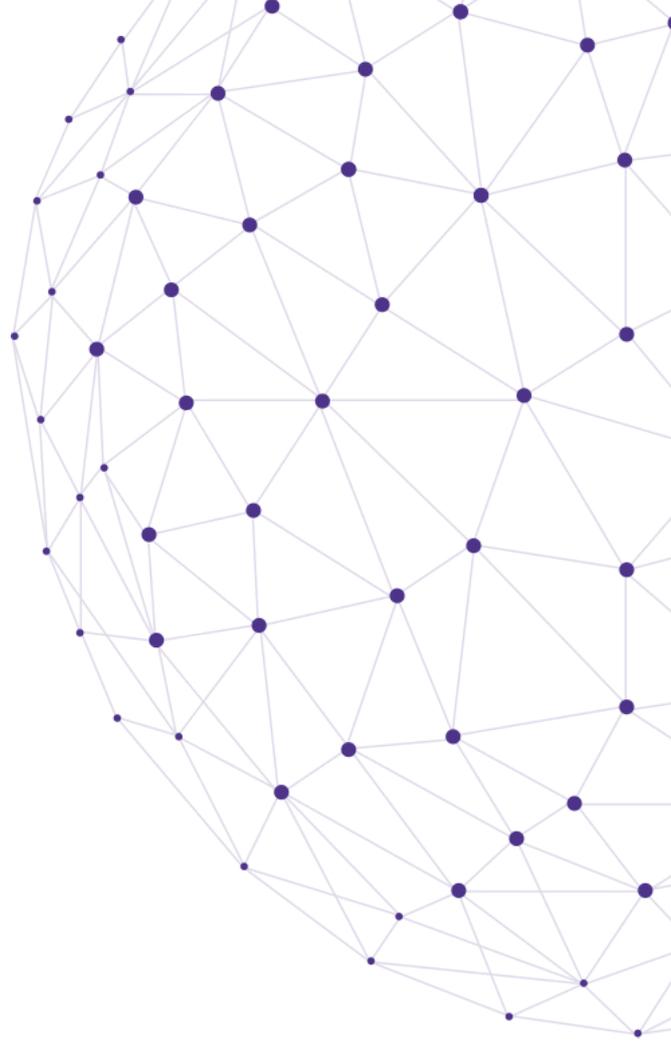
Rafiza Varão

Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

P912 Práticas e tensionamentos contemporâneos no ensino de Jornalismo /
Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos, organizadores. –
Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2018.
241 p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web: <[https://faclivros.wordpress.com/
category/livros/](https://faclivros.wordpress.com/category/livros/)>.

ISBN 978-85-93078-34-7
1. Jornalismo – Ensino. 2. Diretrizes Curriculares Nacionais. I. Pinheiro,
Elton Bruno, (org.). II. Varão, Rafiza, (org.). III. Barcellos, Zanei, (org.). CDU 37:07



Feliz é o
professor
que
aprende
ensinando

Cora Coralina

Sumário

9 Apresentação

Parte I: TEORIA

13 Para que teorias? O fazer e o saber do Jornalismo
Luiz Carlos Iasbeck

23 Jornalista profissional: novas competências para o egresso do bacharelado em Jornalismo
Maria Elisabete Antonioli

33 A Transitoriedade da mídia impressa para o formato digital: reflexões da narrativa visual, multimídia e multimodal da notícia
Suzana Guedes Cardoso

47 Os rumos do ensino do Jornalismo: o desafio de formar um novo profissional
David Renault

61 Formação superior em Jornalismo: Análise de diretrizes e propostas de universidades brasileiras
Edileuson Santos Almeida, Ada Cristina Machado da Silveira

73 Redações integradas e trabalho jornalístico: O uso das tecnologias para um trabalho emancipado e emancipador
Carlos Figueiredo

Parte II: ENSINO

- 87 **Experiência didática em Jornalismo: ensino com pesquisa sobre sites de notícias de Cuiabá (MT)**
Ana Graciela Mendes Fernandes da Fonseca Voltolini
- 99 **Repórter UFMA e Imperatriz Notícias: relatos sobre as produções audiovisual e em *web* do curso de Jornalismo na UFMA de Imperatriz**
Lívia Cirne, Lucas Reino, Marco Antônio Gehlen, Thaísa Bueno, Vítor Belém
- 109 **Experiência de um ensino de linguagem sonora para curso de Jornalismo**
Nivaldo Ferraz
- 119 **O desafio do ensino do Jornalismo frente às mídias móveis**
Rose Mara Pinheiro
- 129 **O ensino de Jornalismo e a convergência: Integração das redações como proposta pedagógica**
Fábio Sadao Nakagawa, Suzana Oliveira Barbosa, Washington José de Souza Filho
- 139 **Impasses e oportunidades para o ensino de Jornalismo: o binômio perfil multitarefas e os processos de precarização**
Dione Oliveira Moura, Ana Carolina Kalume Maranhão
- 149 **A perspectiva de gênero no ensino do Jornalismo: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Curitiba e Ponta Grossa/PR**
Bruna Aparecida Camargo, Karina Janz Woitowicz

163 Ambientes, veículos, processos de produção e
jornalistas mutantes: uma proposta didático-pedagógica
Zanei Ramos Barcellos

Parte III: Diretrizes

177 Novas diretrizes, velhas questões: o currículo do curso de
jornalismo, antes e depois das DCN
Marcio da Silva Granez

189 Cidadania nas DCN e Jornalismo Comunitário: breve
reflexão sobre um panorama nacional do
ensino de Jornalismo
Cláudia Regina Lahni

203A Política de Extensão Acadêmica nas Diretrizes
Curriculares Nacionais do Curso de Jornalismo
Elton Bruno Pinheiro

215 O lugar da ética: Uma análise das recomendações sobre o
ensino de ética e jornalismo nos cursos do Centro-Oeste
após 2013
Rafiza Varão





Parte I

TEORIA



Edileuson Santos Almeida, Ada Cristina Machado da Silveira

FORMAÇÃO SUPERIOR EM JORNALISMO

Análise de diretrizes e propostas de universidades brasileiras

Aspectos iniciais

A formação superior em jornalismo é um tema recorrente, em especial no Brasil. Como objeto de estudo resulta em importantes referências (livros, coletâneas, teses e dissertações, artigos científicos) e, ainda, independente da orientação ideológica (favorável ou contrário à exigência do diploma superior para o exercício da profissão de jornalista), o Brasil registra uma procura significativa pelos cursos de Jornalismo. No século XXI, dois movimentos foram fundamentais para este novo cenário: o fim da exigência de diploma para jornalista, ao tempo que se observa um crescimento acentuado do número de cursos e vagas para a formação superior em jornalismo.

Nelson Traquina entende que é no século XIX que ficou demarcada a atividade profissional do jornalismo: “No caso do repórter – uma nova figura que aparece na paisagem jornalística no século XIX – desenvolveu-se a nova técnica da estenografia que transformou o trabalho de repórter numa espécie de ciência” (TRAQUINA, 2005, p.38). Como contribuições dessa nova paisagem surgem novidades como a entrevista, e ainda, “a utilização de testemunhas oculares, o desenvolvimento da reportagem, com a utilização da técnica da descrição, foram algumas das inovações no jornalismo no decurso do século XIX” (TRAQUINA, 2005b, p. 38-39). Na época, duas contribuições fundamentais também encaminham neste sentido: a organização classista e a formação em jornalismo. A primeira se refere a “Uma forma de promover a profissionalização foi a criação de clubes, associações, sindicatos etc.” (TRAQUINA, 2005b, p. 81). A segunda também é da mesma época e começa pelos Estados Unidos e na França.

Na entrada do século XX, formou-se na Alemanha um grupo de pesquisadores em torno da Associação Alemã de Ciência dos Jornais, entre eles, estava Otto Groth (2011), que vai propor uma nova ciência para estudar o jornal como um novo fenômeno social, destacando os atributos que fazem parte da essência do jornalismo como bem de mediação. O autor alemão evidencia preocupação com a mediação, tendo a regularidade como sua principal característica manifesta. Segundo ele, o conceito básico ou geral da Ciência dos Jornais tem como objeto de pesquisa a análise do conhecimento dos jornais e das revistas.

Até o final do século, outras universidades americanas também criaram disciplinas ligadas ao jornalismo, mas especificamente voltadas para o treino da escrita e da edição. Na França, um desses modelos foi implantado em 1899, quando o americano Dick May fundou a Escola Superior de Jornalismo. Quanto à existência de um curso superior específico de Jornalismo, o primeiro só foi criado em 1905, na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos.

A Alemanha foi uma exceção ao optar por uma formação voltada à pesquisa, com um olhar para o conteúdo acadêmico disponível para construir uma nova ciência. A influência jornalística se espalhou

por todas as áreas da vida, especialmente a imprensa periódica. Segundo Groth (2011, p. 30), os esforços feitos no país que “se mostraram as primeiras aspirações sérias de investigação de jornais e de revistas”, evidenciam que o seu estudo não teve um destino acadêmico infeliz. “Já havia cursos de Ciência dos Jornais aqui ocasionalmente – assim como na Suíça – na virada do século nos currículos de algumas escolas superiores” (GROTH, 2011, p. 30). Segundo Kunczik (2002, p. 68), “as escolas particulares de jornalismo têm larga tradição na Alemanha. A primeira faculdade particular de jornalismo foi inaugurada em Berlim em 1899”. Groth (2011, p. 30), porém, destaca que a aceitação às necessidades de saber “despertadas pelo significado da imprensa periódica na sociedade e no Estado”, e não pelas reivindicações de formação da profissão jornalística ou ainda aos resultados já obtidos pela pesquisa científica.

O Brasil também teve a oportunidade de iniciar o curso de Jornalismo na década de 1930. Também naquela época foi autorizado o primeiro curso superior de Jornalismo do país, previsto para funcionar na Universidade do Brasil (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro), o curso não chegou a ser instalado, pois só foi regulamentado pelo Ministério da Educação em 1943. O pioneiro só se instalaria em 1947, na cidade de São Paulo, na Faculdade Cásper Libero (ALMEIDA, 2017).

É no ano de 1962 que o Ministério da Educação estabeleceu o currículo mínimo do curso de Jornalismo; na época, já haviam pelo menos dez instituições com o curso em funcionamento no país. E outras duas décadas se passaram. No início de 1984, quando já somavam mais de cinco dezenas de cursos no Brasil, foi estabelecido, por resolução do MEC, um novo currículo mínimo, colocando o curso de Jornalismo como habilitação do curso de Comunicação Social, junto com outras duas habilitações (Relações Públicas e Publicidade e Propaganda).

Na perspectiva da regulamentação, com intervalo de 12 anos, foram criadas e alteradas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) aplicadas à formação em jornalismo, sendo que na primeira versão (2001) o jornalismo é uma habilitação do curso de Comunicação, enquanto na segunda DCN (2013) o mesmo ganha status de curso e deixa de ser habilitação da Comunicação.

Diante de um cenário pontuado por ambivalências (habilitação/curso; desregulamentação profissional/ampliação de cursos e vagas), o texto aborda o ensino do jornalismo nas propostas de cinco instituições brasileiras precursoras nas micro-regiões nacionais à luz das DCN de formação superior em jornalismo. Os aspectos das matrizes curriculares, suas características e especificidades, bem como a formação de jornalistas, com ênfase nos aspectos perfil, competências e habilidades são considerados no recorte metodológico, que reconhece as propostas de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) durante o período crítico de julho de 2001 a dezembro de 2013, intervalo de vigência das DCN de 2001, quando houve a maior expansão de cursos, praticamente duplicou o seu número no Brasil.

O objeto de análise na literatura cinzenta

Em julho de 2001, após outra resolução do MEC, apoiada num parecer do Conselho Nacional de Educação, substituiu-se o currículo mínimo por DCN do curso de Comunicação Social, mantendo as habilitações e criando outras. As DCN estabeleciam um padrão básico de referência para todas: “[...] as instituições que mantenham Cursos de Graduação em Comunicação com habilitações em Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Cinema, Radialismo, Editoração, ou outras habilitações pertinentes ao campo da Comunicação que venham a ser criadas” (BRASIL, 2001, p.16).

Menos de uma década depois, ainda no início de 2009, o Ministério da Educação nomeou uma junta de especialistas, a Comissão Marques de Melo, com a “missão de repensar o ensino de Jornalismo no contexto de uma sociedade em processo de transformação” (BRASIL, 2009, p.1). Em seis meses, a Comissão apresentou seus resultados: novas diretrizes curriculares especificamente para o curso de Jornalismo, e mais, o mesmo deveria deixar de ser habilitação do curso de Comunicação Social. O MEC, então, enviou a proposta dos especialistas para análise e parecer do Conselho Nacional de Educação. Depois de quatro anos, o CNE deu parecer favorável às mudanças propostas pela referida comissão, com mínimas ressalvas. Em outubro de 2013, o governo federal publicou uma resolução instituindo as DCN para o curso de graduação em Jornalismo, desvinculando-o como habilitação do curso de Comunicação Social. As instituições de ensino, a partir de então, passaram a ter dois anos de prazo para implementar um novo PPC com base nas DCN do curso de Jornalismo.

Assim, com base na análise da literatura cinzenta, pretendemos apontar as contribuições para

a problemática da formação em jornalismo. Em geral, consideramos como literatura cinzenta a versão vigente dos PPCs de jornalismo pioneiros nas cinco grandes regiões brasileiras (centro-oeste, norte, nordeste, sudeste e sul), elaborados com baseados nas DCN de 2001. No Quadro 1 estão relacionados, de acordo com registro do Ministério da Educação, os cinco cursos pioneiros nas cinco regiões brasileira, por ordem de implantação.

Quadro 1. Cursos de Jornalismo pioneiros no Brasil, por região

Região	Cidade	Instituição	Ano de funcionamento
Sudeste	São Paulo	FCL	1947
Nordeste	Recife	UNICAP	1961
Sul	Porto Alegre	UFRGS	1953
Centro-Oeste	Brasília	UnB	1966
Norte	Manaus	UFAM	1969

Fonte: elaboração dos autores a partir de *sites* do MEC e respectivas Instituições de Ensino Superior.

Formação superior em jornalismo: diretrizes e propostas

Os cursos superiores seguem DCN, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, órgão consultor do Ministério da Educação. A primeira versão desse documento foi publicada pelo Ministério da Educação em 2001, a partir daquele ano, até então, os cursos seguiam o “currículo mínimo” estabelecido na década de 1960. A partir de abril de 2001, todas as instituições deveriam apresentar ao Ministério da Educação um “projeto pedagógico de formação profissional na área de Comunicação Social”, no qual deveria ser especificada a habilitação do egresso. O documento deveria explicitar:

- a) o perfil comum e os perfis específicos por habilitação;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas por habilitação a serem desenvolvidas, durante o período de formação;
- c) os conteúdos básicos relacionados à parte comum e às diferentes habilitações e os conteúdos específicos escolhidos pela instituição para organizar seu currículo pleno;
- d) as características dos estágios;
- e) as atividades complementares e respectiva carga horária;
- f) a estrutura do curso;
- g) as formas de acompanhamento e avaliação da formação ministrada. (BRASIL, 2002, p. 6).

Esta norma vigorou até setembro de 2013, quando aconteceu a publicação da Resolução nº 1, do Ministério da Educação, com as novas DCN para o curso de Jornalismo, que deixou de ser habilitação do curso de Comunicação Social. Além disso, ela aumentou a carga horária mínima do curso e trouxe uma nova orientação para dois itens que já constavam da versão de 2001, mas que, por fatores e razões diversas, não foram devidamente implementados nos PPCs: as “atividades complementares”, a serem “realizadas sob a supervisão de um docente buscam promover o relacionamento do estudante com a realidade social, econômica e cultural, e de iniciação à pesquisa e ao ensino” (BRASIL, 2001, p. 24) e o estágio orientado que “refere-se a estudos e práticas supervisionados em atividades externas à unidade de oferecimento do Curso” (BRASIL, 2001, p. 24)¹.

Os novos PPCs, norteados pela atual versão das DCN, devem conter como elementos estruturais:

.....
 1 O Decreto-Lei nº 972/69 que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista vetava a prática do estágio. O referido decreto-lei foi julgado inconstitucional pelo Supremo Federal (STF), em junho de 2009. Com isso, nas DCN de 2013, o estágio aparece como obrigatório no curso de jornalismo.

- I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções – institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - formas de efetivação da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e cidadã;
- IX - regulamentação das atividades do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente;
- X - regulamentação das atividades do estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização;
- XI - concepção e composição das atividades complementares, quando existentes. (BRASIL, 2013a, p. 3).

Considerando que as novas DCN de jornalismo só passaram a ser implementadas pelas instituições a partir do ano de 2015, a versão de 2001 vigorou durante 14 anos. Apresentamos, a seguir, as propostas em análise de acordo com as orientações gerais propostas nas DCN.

Faculdade Cásper Líbero – 1947

Segundo o PPC de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero (2008, p. 12), o curso “busca ser agente na formação de bons profissionais da informação, tanto do ponto de vista técnico como ético e humanístico, fornecendo ferramentas e apontando caminhos para que o aluno se desenvolva dentro de um processo criativo, autodidata e continuado”.

Quanto à sua matriz curricular, encara como desafio combinar “aspectos de sólida formação humanística com as necessidades de um mercado cada vez mais exigente e em mudança – daí a atenção do curso para o ensino e prática das novas tecnologias e convergências de mídias” (FCL, 2008, p. 12). Em síntese, a missão do curso de Jornalismo da instituição é oferecer:

[...] uma formação cultural plena que permita o entendimento do mundo contemporâneo, o domínio das teorias inerentes ao jornalismo e o exercício dos fundamentos que caracterizam a profissão em suas diversas aplicações: a mediação exercida em jornais impressos, revistas, publicações diversas, emissoras e produtoras de rádio e televisão, agências de notícias e assessorias, internet e produção de notícia *online*, ensino e pesquisa. O curso deve garantir também ao aluno o acesso à mais ampla atividade laboratorial, para que possam ser exercitados, em caráter voluntário (não como pré-requisito disciplinar), os talentos jornalísticos que ultrapassam os limites e convenções da tradicional sala de aula (FCL, 2008, p. 13).

O PPC em análise foi implantado em 2008, baseado nas DCN de 2001.

UFRGS – 1952

Depois de oito anos de implantação das DCN em 2009, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul publicou a sua versão do PPC de Graduação em Comunicação Social baseada nas DCN de 2001: “[...] é o resultado de vários anos de trabalhos intensivos” (UFRGS, 2009, p. 6). A mudança ocorreu “em função das novas tecnologias, e da abertura de outros campos de atuação profissional”, tornando necessário “atualizar o projeto pedagógico e o currículo do curso [...] redimensionando suas abordagens teórico-práticas, bem como buscando a flexibilização na formação [para] atender às novas demandas tanto do mercado profissional quanto da área de pesquisa” (UFRGS, 2009, p. 6). A concepção pedagógica parte da visão que é necessário “dá ao estudante a liberdade para o desenvolvimento das

potencialidades individuais” (UFRGS, 2009, p. 10), e se pauta por quatro princípios:

- desenvolvimento equilibrado de competências, através do treinamento de habilidades e da aquisição de conhecimentos;
- promoção de atitudes éticas;
- centramento no estudante, que possui um papel ativo, sendo protagonista de sua própria formação;
- integração ensino, pesquisa e extensão (UFRGS, 2009, p. 10).

UNICAP – 1961

A versão do PPC de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco a ser avaliada é de 2004 e foi elaborada com o propósito de:

[...] desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociável, lidando com problemas concretos, inseridos em dinâmicas sociais diversas, articulando a prestação de serviços à geração de novos conhecimentos, que fortaleçam, por sua vez, a formação profissional dos estudantes e a realimentação do sistema universitário (UNICAP, 2004, p. 15).

Ainda, entre os objetivos da proposta curricular, a mesma deverá proporcionar uma estrutura mais flexível ao curso:

[...] visando atender a diversificação de experiências quer nos aspectos socioeconômico culturais em que estamos inseridos e buscar por uma prática pedagógica comprometida com uma formação de qualidade, que exige um alto nível ético no desempenho da profissão e no exercício da cidadania (UNICAP, 2004, p. 38).

UnB – 1966

O PPC de Comunicação Social da Universidade de Brasília já estava em reformulação dois anos antes da publicação das DCN de 2001, porém, sua adequação só entrou em funcionamento em 2002 e foi reformulado em 2009.

O PPC considerava que todos os alunos da comunicação, independente da habilitação, deveriam ter uma formação geral, “que resulte em um perfil comum, além das formações específicas de cada habilitação, suficientes para garantir perfis também específicos”. A formação geral seria composta de um “conjunto de disciplinas obrigatórias para as três habilitações, distribuídas em sete eixos temáticos, que formam a base e o lastro comum do Curso de Comunicação e que são, na prática, os conteúdos genéricos”. Quanto ao “perfil específico do aluno” seria assegurado por conjuntos de disciplinas específicas de cada habilitação. “O que se quer, em suma, é que o novo projeto pedagógico [...] seja centrado na pesquisa, justamente o diferencial que separa, aqui e em outras partes do mundo, o ensino público, gratuito, de qualidade, do ensino privado” (UnB, 2009, p. 5-7).

UFAM – 1969

O PPC de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas, com base nas DCN de 2001, foi implantado em 2008. O compromisso da proposta estava focado na formação de jornalistas num “contexto didático-pedagógico inovador”:

O egresso do Curso de Jornalismo da UFAM será formado em contexto didático-pedagógico inovador, num sistema de módulos, experiência inovadora na UFAM, que habilitará o jornalista a exercer de forma plena, principalmente as demandas do campo do jornalismo nos vários contextos e meios de comunicação de massa, inclusive em mídias digitais. O formando em Jornalismo da UFAM caracterizar-se-á

pelo domínio das várias metodologias, técnicas e linguagens pertinentes à produção, recepção e análise da notícia, da informação e da comunicação (UFAM, 2008, p. 9).

Para a UFAM, o novo currículo proposto também carecia de ser acompanhado de mudanças nas práticas didático-pedagógicas. Por isso, optou-se por um modelo de formação em sistema modular, “uma tentativa de se aplicar ao curso de Jornalismo da UFAM métodos e técnicas da educação tutorial” (UFAM, 2008, p. 5).

DCN e PPCs de Jornalismo

As DCN do curso de Comunicação Social foram adotadas 40 anos depois da implantação do currículo mínimo do curso de Jornalismo. Em 2001, quando foi colocado em vigor na sua primeira versão, o documento trazia no seu bojo duas mudanças significativas: a flexibilização e as habilitações. Com a primeira medida, as diretrizes livravam os cursos de manter um currículo mínimo “instrumento arcaico, acanhado e em descompasso com os progressos do setor”, substituindo-o por “um padrão básico de referência” com “orientações para a obtenção de padrão de qualidade na formação”, porém, com flexibilidade na estruturação dos cursos, “tanto para atender a variedades de circunstâncias geográficas, político-sociais e acadêmicas, como para ajustar-se ao dinamismo da área, e para viabilizar o surgimento de propostas pedagógicas inovadoras e eficientes” (BRASIL, 2001, p.5-16). Com a segunda medida, o Jornalismo perde o status de curso e é transformado em habilitação do curso de Comunicação Social.

Aprovado para vigorar a partir do ano letivo de 2002, o documento não estabelecia um tempo mínimo de transição do “currículo mínimo” para as “Diretrizes Curriculares Nacionais”. Entre as instituições pesquisadas, a UnB foi a primeira a colocar o novo “projeto pedagógico do curso” em funcionamento a partir do ano letivo de 2002, enquanto a UFRGS foi a última, em 2009.

O Parecer nº 492/2001, do Conselho Nacional de Educação, foi publicado no Diário Oficial da União em julho daquele ano. No final de janeiro do ano seguinte, o Conselho publicou o Parecer nº 1363/2001, com “retificação do Parecer CNE/CES 492/2001” (BRASIL, 2002, p. 6). O referido parecer orientava “a formação do projeto pedagógico do referido curso”.

Contudo, dentre os PPCs analisados, apenas os da UNICAP (2004) e da UFRGS (2009) atendem todas as sete orientações estabelecidas no Parecer nº 1363/2001 (BRASIL, 2002). No caso do PPC da UnB (2002), o mesmo não apresenta “formas de acompanhamento e avaliação da formação”. O PPC da UFAM não apresenta as “características dos estágios”, pois alega que o Decreto-Lei nº 972/1969 estabelece as funções privativas do jornalista, “veta a realização do Estágio em Jornalismo” e que “o estágio será compensando com a realização do TCC em Jornalismo” (PPC/UFAM, 2008, p. 22). Entre os cinco PPCs analisados, o da FCL (2008) é o único que não apresenta proposta para “atividades complementares”.

Na primeira versão das DCN, a pesquisa é caracterizada como parte do perfil específico de cada habilitação “que se caracteriza por uma abrangência sobre diferentes meios, linguagens e práticas profissionais e de pesquisa [...]”. Porém, a pesquisa não está incluída entre as 14 “competências específicas” do Jornalismo. Na definição dos conteúdos curriculares, devem ser contempladas as contribuições para a construção dos “conhecimentos teóricos como práticos, reflexões e aplicações relacionadas ao campo da Comunicação e à área configurada pela habilitação específica”.

Com isso, é de competência e autonomia da instituição a definição dos conteúdos específicos “tanto para favorecer reflexões e práticas no campo geral da Comunicação, como para incentivar reflexões e práticas da habilitação” (Parecer nº 492 CNE-CES/2001, p. 23). No documento, a qualidade de formação pode ser garantida pelo equilíbrio entre o que se estabelece como “padrão básico de referência” para elaboração do PPC a liberdade de “ajustar-se ao dinamismo” que permitam “viabilizar o surgimento de propostas pedagógicas inovadoras e eficientes”, conforme Parecer nº 1363/2001 (BRASIL, 2002, p. 6).

Para Marques de Melo (2014b), “as propostas de 2001 enfeixavam um conjunto de disciplinas contraditórias e até mesmo conflitantes, dando a ideia de flexibilidade, mas amarradas pela grade curricular composta por matérias tuteladas pelos docentes”.

Matrizes curriculares: características e especificidades

Tomando como referência os elementos estruturais propostos pelas DCN (2001), destacamos as características e as especificidades de cada um dos PPCs analisados. No Quadro 2, apresentamos os dados referentes às orientações das DCN presentes nos PPCs dos cursos das instituições superiores de ensino pesquisadas:

Quadro 2. Orientações dos PPCs

Orientações	Instituições					
	FCL	UFRGS	UNICAP	UnB	UFAM	
Perfil	Comum	X	X	X	X	X
	Específico	X	X	X	X	X
Competências e Habilidades	Gerais	X	X	X	X	X
	Específicas	X	X	X	X	X
Conteúdos	Básicos	X	X	X	X	X
	Específicos	X	X	X	X	X
Características dos estágios	X	X	X	X	-	
Atividades complementares e CH	-	X	X	X	X	
Estrutura do curso	X	X	X	X	X	
Formas de acompanhamento e avaliação	X	X	X	-	X	

Fonte: elaboração dos autores a partir dos PPCs e DCN (2001)

Com exceção das orientações relacionadas ao estágio (uma instituição [UFAM] não trata do tema no PPC) das atividades complementares (uma instituição [FCL] não segue a orientação) e as formas de acompanhamento e avaliação da formação (uma das instituições [UnB] não contempla o assunto), todas as instituições atendem integralmente as demais orientações das DCN. No caso da UFRGS e da UNICAP, todas as sete orientações das DCN são contempladas no PPC.

Quanto às orientações relacionadas ao perfil, competências e habilidades estabelecidas nas DCN e propostas nos PPCs, trataremos adiante. Neste momento, nos interessam duas orientações em particular: os conteúdos curriculares (básicos e específicos) e a estrutura do curso.

As DCN diferenciam os “conteúdos curriculares” em conteúdos básicos: “aqueles relacionados tanto à parte comum do curso quanto às diferentes habilitações” – que são categorizados como “conteúdos teórico-conceituais; conteúdos analíticos e informativos sobre a atualidade; conteúdos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas, conteúdos ético-políticos”, e os conteúdos específicos “aqueles que cada instituição, livremente, deve eleger para organizar seu currículo pleno, tendo como referência os objetivos e os perfis comum e específicos”, porém, têm que favorecer “reflexões e práticas” no campo geral da Comunicação e da habilitação específica (BRASIL, 2001, p. 23).

A estrutura do curso da FCL é centrada em dois eixos: formação humanística e formação técnica ou específica. No primeiro eixo, concentrado nos dois anos iniciais, há um maior peso das disciplinas de formação geral e humanística. “As disciplinas de Cultura Geral, na estrutura pedagógica do curso, têm por objetivo destacar a formação humanística e o interesse pela pesquisa em comunicação”. Nesta fase, “procura-se apresentar conceitos, teorias, resgate da história e da complexidade dos processos comunicacionais e sociais, e mostrar como podem ser usados em suas práticas profissionais”, o que “exige uma proximidade e, ao mesmo tempo, um processo dialógico e reflexivo com os profissionais e professores da chamada área ‘técnica’ do curso de Jornalismo, responsáveis pela formação específica”. A formação técnica ou específica, ocorre nos dois anos seguintes, com 50% da carga horária do curso de Jornalismo ocupada por “disciplinas voltadas para a formação específica do fazer jornalístico” (FCL, 2008, p. 19). No PPC da FCL, os conteúdos são oferecidos com o propósito de “convergir para uma orientação profissional dos alunos, além de orientação humanística, a qual vivenciará ao longo do curso”. Assim, caberá ao professor construir com os alunos os conhecimentos necessários para esse processo de desenvolvimento. Os conteúdos são divididos entre os de “formação humanística” e de “formação técnica ou específica”, sendo que “a dosagem das disciplinas representa aproximadamente 50% para cada uma das duas vertentes”. O curso tem duração de 2.700 horas.

Na UFRGS, a estrutura proposta no PPC “altera conteúdos, modifica o funcionamento do curso, através de procedimentos didáticos”. Durante todo o processo de formação, o aluno vai experimentar “um equilíbrio entre as necessidades teóricas e a aprendizagem de técnicas na inserção e utilização de novas tecnologias, a fim de obter a capacitação profissional dentro de suas especificidades” (UFRGS, 2009, p. 6). O curso de Comunicação Social – habilitação Jornalismo, “passa a contar com uma carga horária de 2.745 horas”, divididas entre disciplinas obrigatórias (1.450 horas), disciplinas eletivas (825 horas), atividades complementares (350 horas) e TCC (120 horas).

O curso de Jornalismo da UNICAP tem 2.700 horas-aula, divididas entre disciplinas dos conteúdos básicos e específicos, inclusive as disciplinas eletivas e o trabalho de conclusão de curso. No currículo, 53% das disciplinas correspondem às “disciplinas essencialmente teóricas” e os demais 47% às “disciplinas de caráter técnico-prático”. Entre os conteúdos básicos, a estrutura do curso estabelece um equilíbrio entre as “disciplinas teórico conceituais”, as “disciplinas analíticas”, as disciplinas “informativas, que versam, ainda, sobre temas contemporâneos”, as disciplinas de “conteúdos políticos e éticos” e as disciplinas dos conteúdos que “tratam do campo mais geral da comunicação”. A outra parte do curso é ocupada por “conteúdos que tratam da linguagem, técnicas e tecnologias” (UNICAP, 2004, p. 38).

No curso de Jornalismo da UnB, o “entendimento é de que todos os alunos da Faculdade de Comunicação devem ter uma formação geral, que resulte em um perfil comum, além das formações específicas de cada habilitação, suficientes para garantir perfis também específicos”. Na formação geral, um conjunto de disciplinas obrigatórias é distribuído em sete eixos temáticos, “que formam a base e o lastro comum do Curso de Comunicação e que são, na prática, os conteúdos genéricos”. O perfil específico do aluno ocorre com um conjunto de disciplinas específicas de jornalismo. A partir dos princípios e eixos, foi definido um quadro de disciplinas ambientais obrigatórias a serem cursadas a cada semestre pelos alunos da comunicação, com pequenas variações entre as habilitações. As disciplinas ambientais “são aquelas destinadas a todos os alunos de Comunicação, e que deverão ser concebidas para acompanhar o aluno do primeiro ao último dia de seu curso”. As disciplinas locais são específicas da habilitação, “cursadas sempre em harmonia com as disciplinas ambientais” (UnB, 2009, p. 5-9). A estratégia de concepção do currículo é dividida em quatro estágios, cada um deles com duração de um ano: “1º estágio – Sintonia (caráter amplo), 2º estágio – Aproximação (caráter introdutório), 3º estágio – Vivência (caráter específico) e 4º estágio – Aprofundamento (caráter reflexivo)”. A habilitação em Jornalismo tem 186 créditos, sendo 60 obrigatórios ambientais, 68 obrigatórios específicos e 58 optativos e de módulo livre. A estrutura da habilitação fundamenta-se nos seguintes princípios: as disciplinas básicas “que garantam conhecimentos gerais sobre o campo da Comunicação e do papel social do jornalista”, as disciplinas técnicas “que vão agregando conhecimentos e o domínio de técnicas específicas nos vários ramos do jornalismo”, um conjunto de disciplinas obrigatórias e optativas “destinadas a avaliar, examinar e discutir, sob ponto de vista crítico, as várias formas do jornalismo e os seus diversos meios – impressos, rádio e televisão” –, a realização de oficinas de jornalismo em laboratórios da instituição “para o exercício prático”, os tópicos especiais, “com ampla flexibilidade, para discutir, sob a forma de seminários, projetos de pesquisas ou estudos específicos, temas de interesse do Jornalismo em suas várias formas”. Como espaços complementares, os projetos de extensão “voltados para o desenvolvimento de trabalhos junto à sociedade, sobretudo, produtos jornalísticos” e programas de intercâmbio “com empresas, entidades e instituições” (UnB, 2009, p. 44-45). A proposta da UnB (lançada em 2002 e revisada em 2009) pensa na escolha da habilitação da Comunicação Social acontecendo depois de um período de “ambientação”. “Temos um curso de comunicação que vai formar um profissional com conhecimentos gerais, amplos do campo da comunicação e conhecimentos específicos na área que ele optar”, observa o professor David Renault da Silva, diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) na época de formulação do PPC.

O PPC da UFAM é um “esforço para unir o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão”, em que “ganha força e flexibilidade na nova proposta curricular de jornalismo que pode servir de piloto para mudanças primordiais na estrutura administrativa da Universidade Federal do Amazonas”. De acordo com a proposta, o profissional egresso do curso Jornalismo “receberá a denominação específica de Jornalista” (UFAM, 2008, p. 15-16). A estrutura curricular criada para o curso de Jornalismo da UFAM “impede

que se faça a divisão clássica do currículo em conteúdos do tronco-comum e conteúdos específicos”. O curso foi dividido em oito módulos que mesclam teoria e prática desde o primeiro módulo. Pelo sistema proposto, o estudante “progredirá horizontalmente em módulos e verticalmente em sub-módulos”. A estrutura curricular foi dividida nos módulos “Leitura e produção de textos I, Leitura e produção de textos II, Audiovisual, Assessoria de Imprensa, Jornal, Rádio, Televisão e TCC”, distribuídas em 2.700 horas. Portanto, o curso tem três eixos estruturantes de desdobramento curricular: Núcleo Comum, Núcleo Específico e Núcleo Optativo (UFAM, 2008, p. 17-19).

É interessante observar que os PPCs da FCL (2008) e da UNICAP (2004), apostam num equilíbrio entre as disciplinas “teóricas” e as “laboratoriais” para a formação de um profissional de jornalismo para o mercado de trabalho. “Uma característica que costuma ser bastante ressaltada a respeito do curso é o potencial de empregabilidade do egresso [...] cerca de 70% dos jornalistas que atuam no mercado de trabalho saíram da Universidade Católica de Pernambuco”, a afirmação é do professor Juliano Mendonça Domingues da Silva (2015), então coordenador do curso de Jornalismo da UNICAP.

Nos PPCs da UFAM (2008) e da UFRGS (2009), a participação docente é chave, funciona como uma espécie de tutoria da formação: “Contribui na busca de um equilíbrio entre as necessidades teóricas e a aprendizagem de técnicas na inserção e utilização de novas tecnologias, a fim de obter a capacitação profissional dentro de suas especificidades” (UFRGS, 2009, p.6). No PPC da UFAM, um professor-tutor é nomeado para auxiliar e orientar esse aluno durante toda a sua trajetória dentro do curso, inclusive na escolha das disciplinas para fortalecer a sua carreira em outras áreas dentro da universidade. Segundo Rodrigues (2017) em entrevista declarou, p.?, “isso nunca se concretizou, porque não há professor. Era um plano interessante, que na verdade nunca saiu do papel, ele ficou no projeto pedagógico”.

As características peculiares que aproximam ou distanciam as propostas pedagógicas aqui analisadas ficaram mais evidentes na análise do perfil propostos por cada uma delas, além das competências e habilidades elaboradas para a formação em jornalismo.

A formação de jornalistas: perfil, competências e habilidades

No início de 2014, a Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM) promoveu um fórum para debater as “Diretrizes Nacionais para o Curso de Jornalismo”, publicadas pelo Ministério da Educação em setembro de 2013. Entre os expositores, estava o professor José Marques de Melo, presidente da comissão nomeado pelo MEC para sua revisão. Após uma cronologia dos trabalhos da comissão, Marques de Melo comentou que o Brasil “vem acumulando, durante quase sete décadas, experiências na formação universitária de jornalistas”. O fruto disso tudo é que a matriz pedagógica brasileira é singular no panorama mundial, resultado de uma mescla entre o “padrão europeu (estudo teórico) com o modelo americano (aprendizagem pragmática)”, que dá vida a um formato que segue a “via crítico-experimental de ensino-pesquisa”².

No modelo norte-americano, o objetivo da instituição universitária é atender aos interesses dos setores produtivos e do Estado. “[...] procura associar estreitamente os aspectos ideais (ensino e pesquisa) aos funcionais (serviços), estruturando-se de tal maneira que possa ajustar-se às necessidades da massificação da educação superior e da sociedade de consumo” (referência?). Da Europa, os modelos alemão e francês, com “ênfase na integração entre ensino e pesquisa”, “terão uma influência significativa sobre a concepção e a estrutura do ensino superior no Brasil” (PAULA, 2009, p. 2-8).

Os PPCs consultados, de modo geral, confirmam essa preocupação entre o exercício da crítica com suporte do experimentalismo, como também com a qualidade do ensino e a cultura da pesquisa. A definição do perfil do egresso de jornalismo, com suas competências e habilidades, é uma condição essencial para a existência do PPC.

De acordo com o segundo artigo do Parecer CNE-CES nº 1363/2001, que trata sobre a formação do PPC, o mesmo deve explicitar “o perfil comum e os perfis específicos por habilitação” (BRASIL, 2002, p. 6). No Parecer CNE-CES nº 492/2001, o Perfil comum é considerado o “objetivo de formação geral”, que “garanta a identidade do Curso como de Comunicação” (BRASIL, 2002, p. 6).

2 Palestra apresentada por José Marques de Melo no Fórum SOCICOM/DCN-J 2014, São Paulo, fevereiro de 2014.

Os PPCs apresentam as características que evidenciam as peculiaridades do perfil de egresso formado em jornalismo. Na UFRGS, o perfil específico é tratado num contexto mais amplo, sem preocupação direta com as características das DCN. O egresso de jornalismo da UFRGS “deve possuir conhecimentos teóricos e técnicos que possibilitem uma atuação profissional ética, crítica e comprometida com o interesse público, além do desenvolvimento permanente de novas competências e habilidades comunicacionais” (PPC/UFRGS, p. 13). Nos demais PPCs (FCL, UNICAP, UnB e UFAM), o perfil específico estabelece uma relação mais explícita com cada uma das características das diretrizes curriculares. Na Faculdade Cásper Libero, o perfil é definido “com base nessas diretrizes específicas emanadas do MEC” (PPC/FCL, 2008, p. 24). O jornalista formado pela UNICAP “deverá ser um profissional apto a atuar em qualquer setor da atividade jornalística, de forma competente, ética e crítica, capaz de revelar seu comprometimento com as questões sociais, bem como trabalhar em equipe e de modo multisetorial, uma vez que o exercício do Jornalismo é, em sua essência, coletivo” (PPC/UNICAP, 2004, p. 34).

Na UnB, “o novo currículo proposto para a habilitação Jornalismo oferecerá ao aluno um conjunto de disciplinas voltadas para uma formação básica, que assegure a sua identidade como profissional de Comunicação” (PPC/UnB, 2009, p. 42). O perfil profissional do egresso do curso de jornalismo da UFAM “é resultado de um processo democrático de discussão cujo objetivo é consolidar as práticas de jornalísticas de produção e veiculação de notícias em Manaus e na região Amazônica” (PPC/UFAM, 2008, p. 9).

Considerações finais

Devido à diversidade e localização dos cursos de Jornalismo no Brasil, e considerando o caráter qualitativo da amostragem, optou-se por uma amostra com um viés de representatividade. O referencial de seleção considerou alguns parâmetros diante da variedade de aspectos que podem ser levados em consideração, os mais coerentes e representativos. Invariavelmente uma amostragem, por menor que seja, deve ser constituída de elementos mais significativos de seu conjunto, para que a partir deles possamos dar conta quando inquiridos sobre o seu todo. Assim, algumas características fazem-se salientes nos cinco PPCs estudados.

Os PPCs analisados como amostragem estão entre os mais de 300 cursos de Jornalismo existentes no Brasil até final de 2013. A peculiaridade dos mesmos é o pioneirismo em suas regiões geográficas (centro-oeste, nordeste, norte, sudeste e sul), o que ocorreu com uma diferença de quase 22 anos entre o primeiro – instalado em 1947, em São Paulo (sudeste) – e o segundo – instalado em Manaus (norte), em 1969.

A primeira característica do perfil do jornalista proposta pelas DCN diz respeito a “produção de informações relacionadas a fatos, circunstâncias e contextos do momento presente” (Parecer CNE-CES nº 492/2001, p. 17). Na FCL, essa característica corresponde a “compreender e saber sistematizar e organizar os processos de produção jornalística, dimensionando custos e tomando decisões eficazes” (FCL, 2008, p. 24). No PPC da UNICAP a característica é correspondida pelo perfil de “gestor e produtor de processos jornalísticos nos mais diferentes setores, em que seja capaz de planejar, criar, produzir e difundir jornalisticamente a informação” (UNICAP, 2004, p. 35). A UnB usa o mesmo argumento do Parecer: “Pela produção de informações relacionadas a fatos, circunstâncias e contextos do momento presente”. Para a UFAM, essa característica é respondida com a formação de um jornalista “polivalente (capaz de lidar com novas tecnologias: redator, editor de vídeo e editor de áudio, etc.)” (UFAM, 2008, p. 10).

A segunda característica propõe a formação de um profissional com perfil pautado “pelo exercício da objetividade na apuração, interpretação, registro e divulgação dos fatos sociais” (Parecer CNE-CES nº 492/2001, p. 17). Na proposta da FCL, o egresso é apto a “registrar fatos jornalísticos, apurando, interpretando, editando e transformando-os em notícias e reportagens, que possam ser veiculadas em diferentes suportes, da mídia impressa ao audiovisual e *online* (internet e celular); interpretar, explicar e contextualizar as informações” (FCL, 2008, p. 24). No PPC da UNICAP (2004, p. 35) é “capaz de dominar as técnicas necessárias ao exercício jornalístico, a exemplo da apuração, interpretação, registro e divulgação dos fatos sociais”. A UnB (2009, p.42) mais uma vez só repete o

mesmo texto do documento oficial: “[...] pelo exercício da objetividade na apuração, interpretação, registro e divulgação dos fatos sociais”. Para a UFAM (2008, p. 10), essa característica de perfil pode ser respondida com o “raciocínio lógico (na construção do texto)”.

A terceira característica de perfil anotada nas DCN é “pelo exercício da tradução e disseminação de informações de modo a qualificar o senso comum” (Parecer CNE-CES nº 492/2001, p. 17). Para atender essa característica, a FCL (2008, p. 24) propõe um perfil de egresso habilitado a “investigar informações, produzir textos e mensagens jornalísticas com clareza e correção”. A UNICAP (2004, p. 35) praticamente reproduz o texto das DCN: “[...] tradutor e disseminador de informações, que venham a qualificar o senso comum”. Já a UnB (2009, p. 42) o repete literalmente: “Pelo exercício da tradução e disseminação de informações de modo a qualificar o senso comum”. Para a UFAM (2008, p.10), essa característica equivale ao “senso crítico, responsabilidade social, ética e maturidade vocacional”.

A quarta característica das DCN relacionada ao perfil específico do egresso de jornalismo refere-se ao “exercício de relações com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais o jornalismo faz interface” (Parecer CNE-CES nº 492/2001, p. 17). O profissional egresso da FCL é preparado para “relacionar-se com fontes de informação de qualquer natureza”, como também “dominar a língua nacional e [...] a linguagem jornalística apropriada aos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação” (FCL, 2008, p. 24-25). Na UNICAP (2004, p. 23) ele precisa ter uma “visão integrada dos processos de comunicação, incluindo áreas conexas”. A UNICAP não vai além do que propõe as DCN: “[...] competente para travar relações com as outras áreas com as quais o jornalismo faz interface”. Na UnB (2009, p. 42), o argumento é o mesmo: “Pelo exercício de relações com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais o jornalismo faz interface”. O egresso da UFAM (2008, p. 10) está “preparado para a participação em movimentos sociais (problemas da sociedade)”, inclusive com “base teórica (teorias que lidam com os fenômenos sociais)”.

Na atualidade, quando o curso de Jornalismo passa a usufruir de especificidade e DCN próprias que substituem as estabelecidas ao curso de Comunicação Social que, em julho de 2001, após outra resolução do Ministério da Educação, aboliriam o Currículo Mínimo, seria de esperar uma maior riqueza de PPCs. Trata-se de um processo que, nos 60 anos de formação em jornalismo, está marcado por um projeto nacionalista que mantém a circunscrição legal quanto a prescrições de conteúdos e práticas curriculares. Está marcado ainda pelo projeto moderno de disciplinamento, forjando currículos lineares, sequenciais e estáticos (SILVA, 2010).

Entendemos que a postura do Ministério da Educação do Brasil nos mais diversos governos, desde a criação dos primeiros cursos durante o Estado Novo, a criação do Currículo Mínimo em 1962, passando pelo Regime Militar e vigente desde a Nova República (1985) até o presente, suscita um amplo questionamento quanto à compreensão das relações entre jornalismo e sociedade democrática. Qual é o valor do jornalismo e a formação de seus profissionais para o Estado brasileiro? Decorre daí um paradoxo, observado em que, ao ser uma profissão albergada pelo Estado, este se faz paralelamente limitante da autonomia universitária. A tutela do Estado brasileiro na formação superior suscita a pergunta de por que, sendo seus sucessivos governos autoritários e democráticos incapazes de estabelecer qualquer marco regulatório ao sistema nacional de mídia, mostra-se ele recursivamente preocupado com a formação superior em jornalismo. Pensamos que as respostas podem advir da análise da produção bibliográfica caracterizada pela pesquisa básica crítica surgida em profusão nas últimas décadas.

Referências

- ALMEIDA, Edileuson. **(Trans)formação em Jornalismo**: as propostas das universidades brasileiras num cenário de mudanças. Tese – Doutorado em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação (Portaria Nº 203/2009).
- Diário Oficial [da] União**, Brasília, Comissão Marques de Melo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. PARECER CNE/CES 492/2001. Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço

